



# MP cobra explicação sobre obra do Maracanã

## Auditorias do TCE concluíram que R\$ 93 milhões foram pagos indevidamente

JULIANA CASTRO  
juliana.azevedo@oglobo.com.br

O Ministério Público Especial que atua junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ) quer saber se foram devolvidos os R\$ 93 milhões pagos indevidamente ao consórcio que reformou o Maracanã, segundo concluíram duas auditorias feitas por técnicos do tribunal. O pedido do MP consta do parecer enviado ao conselho da Corte José Graciosa, elator do processo que analisa a reforma do estádio.

Como O GLOBO informou esta semana, 21 dos 22 processos relativos à reforma do estádio para a Copa de 2014 ainda não foram concluídos no tribunal. Alguns foram instaurados há seis anos. Após as obras



SIMONE MARINHO/27-07-2011

**Relatórios.** Técnicos do TCE constataram sobrepreço na obra do Maracanã

entrarem no radar da Operação Lava-Jato, o TCE decidiu reunir todos os processos num só, a ser relatado por Graciosa.

O ex-executivo da Andrade Gutierrez Clóvis Renato Primo disse, em delação premiada, que houve um pedido de Wilson Carlos, então secretário de Governo da gestão Sergio Cabral, para pagamento de 1% do valor da obra do Maracanã em favor do TCE, como O GLOBO revelou ontem.

No processo a ser relatado por Graciosa estão relatórios de auditoria que constataram sobrepreço e inclusão indevida de itens na reforma. Por isso, foi pedido o estorno de R\$ 93 milhões pagos ao consórcio, formado pela Odebrecht, Andrade Gutierrez e Delta. Essa última construtora deixou a obra durante seu andamento.

Primo afirmou que a propina

seria destinada ao então presidente da Corte de Contas, José Nolasco. O ex-executivo da Andrade Gutierrez disse ter autorizado o pagamento, mas não tem certeza de que os recursos foram repassados. Nolasco nega as acusações.

A denúncia repercutiu na Assembleia Legislativa do Rio.

— Solicitaremos os processos em relação ao Maracanã no TCE para ver se cabe o pedido de uma CPI — disse o deputado estadual Eliomar Coelho (PSOL).

Em nota, o TCE-RJ repeliu o que chamou de “levianas e caluniosas ilações” feitas por Primo e afirmou que, em momento algum, os processos sobre a obra no Maracanã ficaram paralisados. Segundo A corte, “a grande complexidade do empreendimento vem demandando altos estudos técnicos e jurídicos.” ●

## Opinião

### IR FUNDO

COMEÇA A aflorar, nas investigações, um braço fluminense na corrupção, construído em torno de investimentos para a Copa de 2014. Um ex-executivo da Andrade Gutierrez, empreiteira personagem da Lava-Jato, relata pedido de propinas, na reconstrução do Maracanã, do secretário de governo da gestão de Sérgio Cabral, Wilson Carlos.

AQUELE DINHEIRO iria para o então presidente do Tribunal de Contas do Estado, José Maurício Nolasco. E há denúncia de cobrança idêntica feita pelo próprio governador.

NÃO EXISTE mesmo outra alternativa a não ser os organismos de Estado que desbaratam esquemas bilionários de corrupção com o dinheiro público ajustarem o foco para vasculhar os enormes investimentos feitos no Rio de Janeiro com dinheiro do contribuinte. Na Copa e fora dela. Não pode haver exceções.